



# Jornal do Simesp

Nº 31 • Publicação mensal do Sindicato dos Médicos de São Paulo • fevereiro / 2018

Pág. 3

## Proposta de Doria confisca salário de servidores e esvazia o Iprem

O prefeito de São Paulo quer reduzir a contrapartida do município nas aposentadorias dos servidores e aumentar a contribuição previdenciária, que poderá subir de 11% para até 19%



Pág. 4

### Sírio-Libanês

Simesp judicializa negociações com organização social para pagamento de reajuste referente à Campanha Salarial 2016

Pág. 4

### Poá

Prefeito do município quer reduzir em 20% o número de médicos. Simesp acredita que seja uma estratégia para terceirizar as vagas para OSs

Pág. 5

### Santa Casa

Instituição fez novas demissões e tentou induzir os médicos a assinarem acordos rescisórios desvantajosos



# Pelos direitos dos trabalhadores

Diretoria do Simesp

Seguindo a cartilha do governo federal, o prefeito João Doria Jr. quer aumentar o desconto previdenciário dos servidores municipais de São Paulo, de 11% para até 19%, reduzindo o salário dos trabalhadores, além de privatizar parte da previdência municipal.

Doria quer, em uma canetada, confiscar uma parte do salário do trabalhador já afogado em impostos e boletos. Isso é injusto, isso é imoral. Já comprometemos muito da nossa renda com impostos e não temos visto o retorno disso em áreas como saúde e educação. É para lutar contra esse absurdo que o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), ao lado de outros sindicatos e dos trabalhadores da prefeitura da maior cidade do país, irá promover um dia de paralisação em 8 de março. Se não resistirmos, se não lutarmos contra isso, logo outros aumentos virão. O alvo, hoje, é o servidor. Mas amanhã o ataque pode se estender ao bolso de todos.

Nesta edição também, infelizmente, contamos mais uma vez sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores e usuários da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Os médicos foram demitidos e a instituição tentou induzi-los a assinar um acordo

de rescisão desvantajoso. Oferecendo menos do que é garantido por lei. O Simesp está a postos: para garantir que nossos colegas não tenham perdas. Não assinem nada sem nos consultar.

Os médicos de todo o estado de São Paulo estão enfrentando problemas semelhantes: as terceirizações. Os profissionais do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (Iamspe) estão mobilizados para garantir que as novas contratações sejam feitas por meio de concurso público, para assegurar os direitos dos trabalhadores e maior qualidade no atendimento.

A terceirização também está rondando os serviços de saúde de Poá, cidade da região metropolitana do estado. O prefeito quer reduzir em 20% o número de médicos, afastando os profissionais que já estão aposentados. Para nós, do Simesp, essa é uma maneira de dar espaço para as organizações sociais (OSs).

No ano em que a lei que abre espaço para as OSs completa 20 anos, vamos lutar para que esse recurso não seja uma desculpa para precarizar os vínculos de emprego e prejudicar ainda mais os trabalhadores. Unidos fortalecemos a defesa do trabalho médico. Contem com o Simesp!

## SIMESP OFERECE DESCONTO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Agora a Contribuição Social pode ser paga por meio de cartão de crédito com **10% de desconto** em **12 mensalidades**. **Direto em nosso site!**

MENSALIDADE  
R\$ **59,44**

Residentes e recém-formados  
MENSALIDADE  
R\$ **33,02**

Valor especial com subsídio



Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita nas áreas trabalhista, previdenciária e ético-profissional. Além de poderem usufruir de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração do imposto de renda.

**Simesp, em defesa do médico e de seu trabalho.**

Basta acessar [simesp.com.br](http://simesp.com.br) e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar:  
**(11) 3292.9147 - [relacionamento@simesp.org.br](mailto:relacionamento@simesp.org.br)**



**SIMESP**  
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO



RELACIONAMENTO SIMESP

**11-99111-5490**



[/simespmedicos](https://www.facebook.com/simespmedicos)



**SIMESP**  
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

### DIRETORIA

#### Presidente

Eder Gatti Fernandes  
[relacionamento@simesp.org.br](mailto:relacionamento@simesp.org.br)

### SECRETARIAS

#### Geral

Denize Ornelas P. S. de Oliveira

#### Finanças

Diângeli Soares

#### Assuntos Jurídicos

Juliana Salles de Carvalho

#### Comunicações e Imprensa

Gerson Salvador

#### Formação Sindical e Sindicalização

Ademir Lopes Junior

#### Administração

Ederli Grimaldi de Carvalho

#### Relações do Trabalho

José Erivalder Guimarães de Oliveira

#### Relações Sindicais e Associativas

Otelo Chino Júnior

### EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

#### Diretor

Gerson Salvador

#### Edição e redação

Nádia Machado

#### Redação

Leonardo Gomes Nogueira

#### Estagiária de comunicação

Miréia Lima

#### Revisão

Eliane Domaneschi

#### Fotografia

BBustos

### Redação e administração

Rua Maria Paula, 78, 3º andar - SP

CEP: 01319-000 – Fone: (11) 3292-9147

[imprensa@simesp.org.br](mailto:imprensa@simesp.org.br)

[www.simesp.org.br](http://www.simesp.org.br)

### PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design & Planning

### Edição de arte e diagramação

e Ilustração de capa (fotomontagem)

Joana Brasileiro

Tiragem: 11 mil exemplares

Circulação: estado de São Paulo

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para [relacionamento@simesp.org.br](mailto:relacionamento@simesp.org.br)

# Doria quer aumentar alíquota de contribuição dos servidores

O prefeito de São Paulo pretende subir de 11% para até 19% o desconto no contracheque dos trabalhadores do município e criar uma previdência complementar para quem ganha acima do teto do INSS, o que é o caso de boa parte dos médicos

Leonardo Gomes Nogueira

Não é apenas o governo federal que pretende alterar regras da previdência de forma compulsória sem um amplo debate com o maior interessado, o contribuinte. Mas ao contrário de Michel Temer, que parece já ter admitido a derrota, João Doria Jr. não está nem perto de jogar a toalha.

O prefeito de São Paulo quer aumentar a contribuição dos servidores municipais de 11% para até 19%. Ou seja: se a medida vingar, os servidores terão um desconto ainda maior, a cada mês, em seu contracheque.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 31 de janeiro, os dois secretários de Doria convocados para garantir que o projeto vire lei, Caio Megale e Paulo Uebel, respectivamente, secretários da Fazenda e Gestão, deixaram claro pouca disposição ao diálogo e afirmam que a ideia é aprovar tudo a toque de caixa, para que o projeto seja sancionado pelo prefeito até, no máximo, 31 de março.

Em 18 de dezembro, o prefeito enviou à Câmara Municipal de São Paulo um **novo texto** para

Para quem tiver interesse, este é o projeto enviado ao vereador Milton Leite, presidente da Câmara Municipal de São Paulo, no final de dezembro, poucas horas antes do início do recesso parlamentar:

→ [goo.gl/rGiW7Y](http://goo.gl/rGiW7Y)

um antigo projeto de lei (PL) que, entre outras coisas, instituiu um regime de previdência complementar para os novos servidores do município. Caso seja aprovado, além do aumento da alíquota, o projeto fixa o teto do INSS (hoje em R\$ 5.645,80) como limite máximo para a concessão da aposentadoria. Obrigando muitos, obviamente, a aderir ao regime complementar.

O PL 621 foi encaminhado à Câmara em 2016, ainda na gestão do prefeito Fernando Haddad. No projeto original, contudo, a contribuição dos servidores era de 11%, se mantendo, portanto, no mesmo patamar de 2005, previsto em lei.

O projeto agora abre a possibilidade para uma vasta terceirização da área e garante que a Prefeitura terá sempre a última palavra no Conselho Deliberativo da SampaPrev (Entidade Fechada de Previdência Complementar do Município de São Paulo), instância máxima de decisão a ser criada.

Caso vire lei, caberá a esse Conselho “autorizar a contratação de gestores de recursos e de pessoas jurídicas especializadas na custódia de valores mobiliários, serviços jurídicos, consultorias atuariais, auditorias externas independentes e serviços de tecnologia da informação.” Ou seja: o futuro órgão máximo da estrutura organizacional da SampaPrev,



Ilustração (foto montagem) Joana Brasileiro

> Prefeito corre para aprovar o PL na Câmara

em tese, poderá terceirizar uma gama enorme de serviços.

Embora o projeto afirme que o Conselho é “paritário”, caso nada mude, ele sempre estará sob controle do Estado e jamais dos servidores. Serão seis vagas: três para o chamado patrocinador (“Administração Direta, suas Autarquias e Fundações, a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Município”) e o restante para os chamados participantes e assistidos (que são, básica e respectivamente, os servidores públicos e seus beneficiários).

Pode até parecer uma composição paritária, mas não é. Pois a indicação do presidente do Conselho será feita pelos representantes dos patrocinadores e esses são designados pelo prefeito (dentre três pessoas indicadas pelo executivo e legislativo; duas pelo primeiro). E o presidente do Conselho Deliberativo tem o “voto de qualidade” (ou de minerva). Resumindo: em caso de empate, o parecer final sempre caberá ao representante do prefeito que, por óbvio, dificilmente tomará uma decisão que não seja do seu agrado.

## Reação

Em 10 de janeiro, o Fórum das Entidades Sindicais do Funcionalismo Municipal decidiu, por unanimidade, se posicionar contra o projeto. O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) é uma das entidades participantes.

“A posição do fórum é contrária ao projeto, pois irá penalizar os trabalhadores. A responsabilidade pelo déficit da previdência municipal é da prefeitura, pois no governo Serra se transferiram todos os aposentados para o IPREM (Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, criado pela Lei 13.973, de 12 de maio de 2005), sem nenhum lastro”, explica José Erivalder Guimarães, secretário de Relações do Trabalho do Simesp.

“Agora querem transferir a responsabilidade para os trabalhadores que não têm aumento há muito tempo”, critica. Sucessivos governos têm oferecido aos servidores, por força de lei, o “reajuste” anual de 0,01%.

Em 30 de janeiro, o vereador Toninho Vespoli entrou com mandado de segurança contra o PL enviado à Câmara. Em sua página no Facebook, Vespoli escreve que a medida tem um caráter confiscatório. “A tramitação dessa proposta é inconstitucional, já existe posição do STF no sentido de que as alíquotas propostas são confiscatórias e violam direitos e garantias individuais dos servidores públicos”, diz o texto.

O PL 621/2016 será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, composta por nove membros, e só depois poderá ser colocado em votação no plenário. Ali, 55 vereadores decidirão o destino de milhares.



# Simesp amplia formas de pagamento da Contribuição Social

Sindicato oferece 10% de desconto no cartão de crédito e agora é possível parcelar em até 12x

Médico e médica, agora vocês podem pagar a Contribuição Social utilizando o cartão de crédito e ainda ganhar 10% de desconto, podendo parcelar o valor em 12 vezes de R\$ 59,44. É muito prático, rápido e totalmente online. Acesse o link: <https://goo.gl/UjmnTz>, preencha os dados e pronto! Você já estará associado e fortalecendo a defesa do médico e seu trabalho.

Além disso, residentes e recém-formados têm 50% de desconto do valor integral (R\$ 792,62) e as parcelas ficam apenas R\$ 33,02 ao mês.

O médico associado ao Simesp tem acesso a advogados sem cobranças de honorários, nos campos ético-profissional, trabalhista, previdenciário e administrativo, e auxílio na declaração do Imposto de Renda. Além disso, possui benefícios exclusivos por meio do Simesp+, como descontos em seguros, investimentos, capacitação profissional, lojas online, opções de lazer e turismo.

A sua associação assegura solidez nas negociações com os representantes patronais e nas



lutas por melhores condições de trabalho para os médicos. Foi com sua contribuição que conquistamos 9,62% de reajuste na Campanha Salarial de 2016 para os médicos do setor privado.

Caso você queira mais informações, entre em contato com o

Simesp Relacionamento pelo telefone (11) 3292-9147 ou pelo e-mail [relacionamento@simesp.org.br](mailto:relacionamento@simesp.org.br). Você também pode vir até nossa sede e conhecer a estrutura que o Simesp oferece aos seus sócios (rua Maria Paula, 78, 4º andar, Bela Vista - São Paulo).

## Amiamspe



> Em assembleia, profissionais definiram ações em defesa do Iamspe

## Médicos lutam contra terceirizações no Iamspe

Categoria defende contratação por concurso para repor quadro funcional

Os médicos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (Iamspe) se posicionam contra as terceirizações no instituto e definem uma série de ações para que haja mudança no vínculo de novos profissionais. Além disso, a categoria irá solicitar que a Superintendência do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE) faça novas contratações de médicos por meio de concurso. Os médicos

também irão distribuir uma carta aberta aos usuários e farão um abaixo-assinado.

A decisão é resultado de assembleia geral realizada pela Associação Médica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Amiamspe), no dia 30 de janeiro. Os médicos do Iamspe defendem que o concurso público proporciona mais segurança aos profissionais de saúde e garante maior qualidade no atendimento.

## Poá

## Prefeito quer demitir 20% dos médicos

Após aprovação do Projeto de Lei que proíbe profissionais aposentados de continuarem exercendo suas funções, o prefeito de Poá, Gian Lopes, alega ser necessário demitir médicos para reduzir o custo da folha de pagamento. O Simesp estima que essa redução seja de 20% do quadro de profissionais.

Uma semana após ato realizado pelos servidores públicos de

Poá no dia 26 de janeiro, o prefeito da cidade resolveu aparecer para a reunião com o Simesp e demais sindicatos locais, mesma reunião que ele havia cancelado anteriormente. No encontro, o presidente do Simesp, Eder Gatti, questionou Lopes sobre sua estratégia de demissão de médicos aposentados. Afinal, Gatti acredita que essa seja uma maneira de terceirizar as vagas para as organizações sociais.

## Campanha Salarial 2016

## Simesp judicializa negociações com OS Sírio-Libanês

O Simesp entrou com uma ação na Justiça, representando os médicos que trabalham na organização social (OS) Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (IRSS), após tentativas de negociação com o Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo (Sindhosfil-SP) para aplicar o reajuste referente à Campanha Salarial 2016.

A entidade patronal havia pro-

posto reajuste salarial de 7% para os médicos do IRSS, pago em 15 vezes, sendo a primeira em fevereiro de 2018, mas a proposta foi recusada em assembleia com os profissionais, no dia 16 de janeiro.

O valor exigido inicialmente foi de 9,62%, o que equivale ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do período. O Simesp tem como norte não aceitar nenhum reajuste salarial abaixo da inflação.



# Em crise, Santa Casa de São Paulo faz novas demissões de médicos

Para que os profissionais não tenham perdas, Simesp orienta que não assinem nada sem consultar a entidade

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo demitiu cerca de 20 médicos em meados de fevereiro e, segundo denúncias recebidas pelo Simesp, pretende pagar apenas 20% de multa rescisória, diferentemente dos 40% definidos por lei. “Segundo as denúncias que recebemos, a Santa Casa está induzindo os médicos a assinarem ‘acordo’, aceitando receber menos pelas demissões. Este é um exemplo de perda de direitos provocado pela reforma trabalhista”, explica Eder Gatti, presidente do Simesp e completa: “Mais uma vez a Santa Casa transmite aos seus funcioná-

rios o fardo de sua crise financeira, gerada por administrações ruins.”

Além disso, os médicos informaram que internações estão bloqueadas e alguns procedimentos e serviços estão suspensos. Também faltam recursos humanos e insumos básicos, como seringas. “Infelizmente falta transparência na gestão da Santa Casa, o que dificulta sabermos qual é a real situação da instituição”, salienta Gatti. “A conta da dívida é paga pelos trabalhadores, com demissões e privações de direitos, e pela população, que sofre com a falta de assistência à saúde. É um des-



> Cerca de 20 médicos foram demitidos da instituição no início de fevereiro

respeito com aqueles que pagam impostos para manter a Santa Casa”, avalia.

O presidente do Sindicato orienta que o médico que for demitido não assine nenhum acordo antes de apresentar a pro-

posta para o Simesp. “É preciso que nosso departamento jurídico avalie cada caso e dê as devidas orientações aos médicos, para que nenhum dos demitidos receba menos do que lhe é de direito”, explica Gatti.

## Osasco

### Prefeito de Osasco engaveta projeto de equiparação salarial de médicos

Apenas mudanças no prêmio incentivo podem não surtir efeito para médico

Após retirar da Câmara Municipal de Osasco a proposta que iria equiparar o salário dos médicos plantonistas e diaristas e engavetá-lo de vez, o prefeito Rogério Lins apresentou um projeto que sugere alterar o valor do prêmio incentivo dos médicos,

que seria pago de acordo com a frequência e produtividade dos profissionais. “Nos preocupamos com a proposta porque é um valor variável, não é salário e, inclusive, pode ser cortado”, salienta Eder Gatti, presidente Simesp.

Outro agravante da proposta, levantado pelo presidente do Sin-

dicato, é o histórico da prefeitura de Osasco em relação a esse tipo de pagamento, por considerar que o sistema de agendamento do município não seja eficiente e venha marcar menos consultas do que o profissional está disponível para realizar, o que poderia diminuir ainda mais o rendimento dos médicos.

### Troca de gestão de OSs

No dia 15 de janeiro a prefeitura de Osasco anunciou a escolha da organização social (OS) Instituto Social Saúde e Resgate à Vida (ISSRV) como administradora do Hospital Municipal Antônio Giglio, da UPA Conceição, da UPA Vila Menck e da UPA Centro. O Simesp recebeu denúncias anteriormente sobre essa mesma OS por já ter praticado fraudes trabalhistas em outras cidades, como Miracatu e Embu das Artes.

## Ourinhos

### Simesp entra com ação na Justiça contra Famesp

Organização Social não aplicou reajuste salarial de 9,62%

O Simesp entrou com uma ação na Justiça do Trabalho contra a Organização Social (OS) Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar (Famesp) pelo descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho de 2016, que concede aos médicos reajuste salarial de 9,62%.

Nessa ação estão sendo representados os médicos que atuam no

Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Ourinhos, que passou a ser administrado pela OS Santa Casa de Misericórdia de Assis em outubro de 2017. Com isso, em audiência que aconteceu em 26 de janeiro, a Justiça do Trabalho determinou que a Santa Casa seja incluída nos autos como parte interessada do processo.

## Rio de Janeiro

### Problemas persistem e médicos de família entram, novamente, em greve

Após 54 dias de greve, os médicos de família e comunidade da cidade do Rio de Janeiro retornaram às atividades em 21 de dezembro. A promessa da prefeitura era de que os problemas que motivaram a paralisação seriam solucionados. Nada ou quase nada foi feito e diante do descaso do prefeito Marcelo Crivella médicos se vi-

ram obrigados a deflagrar uma nova greve em 29 de janeiro.

“A prefeitura não tem como prioridade a saúde da população”, lamenta Carlos Vasconcellos, da diretoria da Associação de Medicina de Família e Comunidade do Estado do Rio de Janeiro. Os problemas que motivaram a greve em 2017 persistem.



# “Saúde é política”

Se você concorda com a premissa de que é impossível separar questões sociais da prática clínica, certamente vai gostar de conhecer o médico Claudimar Amaro Jabá. Trabalhador da atenção primária de Ribeirão Preto que acaba de tomar posse no Conselho Municipal de Saúde

Leonardo Gomes Nogueira

É comum, após alguns anos de trabalho, que a gente comece a dizer coisas do tipo: “Não dou mais conta, estou velho”. Mas quem consegue dar conta do ritmo, da carga horária, em suma, de tudo o que hoje é exigido de nós?

“A gente tem uma exploração do trabalho que tira nossa condição de humano. Que te afasta da família, dos amigos, das relações humanas”, avalia e lamenta o médico Claudimar Amaro Jabá. “Saúde é política”, defende. Sendo fiel ao que acredita: concorreu e foi eleito integrante do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Preto para o triênio 2018-2020. Ele tomou posse em 1º de fevereiro.

Além das doenças ocupacionais já conhecidas, como lesões

por esforço repetitivo, outros problemas, naturalmente, vão se acumulando ao longo dos anos. “Como hoje a sociedade nos obriga a viver?”, questiona. Não por acaso, ele tem como um dos seus campos de interesse a medicina do trabalho. “Vamos questionar o que está acontecendo e não só aceitar o que vem de fora”, defende.

Claudimar Amaro Jabá, que chegou a cursar engenharia, é formado pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Ao longo do curso, preocupado, sobretudo, com a pouca atenção dada ao campo das ciências humanas, ele participou de entidades como a Associação Brasileira de Educação Médica (Abem) e a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem). “É algo muito



Mari Rosa

> Claudimar Amaro Jabá: “A gente tem responsabilidade por onde passa”

necessário para o médico e a gente tem pouco na graduação”, diz.

Hoje ele é médico da Prefeitura de Ribeirão Preto, atuando como clínico-geral na atenção primária do município e ainda integra o núcleo regional do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) na mesma cidade. Cada um dos 25 núcleos espalhados por diversas regiões do país, como diz a página do próprio Cebes, é “um espaço plural de encontro do conhecimento científico com a análise política que permite transformar o saber

em propostas estratégicas de intervenção na realidade”.

“A gente tem responsabilidade por onde passa. Eu tenho que interagir naquela comunidade”, acredita. “Minha intenção é criar essa consciência social”, explica. E é com esse intuito que ele atualmente cursa uma especialização, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na área de gestão da saúde. Claudimar quer, com mais esse acúmulo de conhecimento, aproximar a teoria à prática e ter uma incidência ainda maior no cotidiano das pessoas.

## Direitos dos médicos

# Desconto previdenciário do servidor municipal de SP

**Em qual tipo de regime se enquadra o servidor municipal de São Paulo?**

Os servidores municipais se enquadram no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que é destinado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (onde houver, é importante ressaltar, sido instituído tal regime). No caso da capital paulista, quem cuida disso é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo

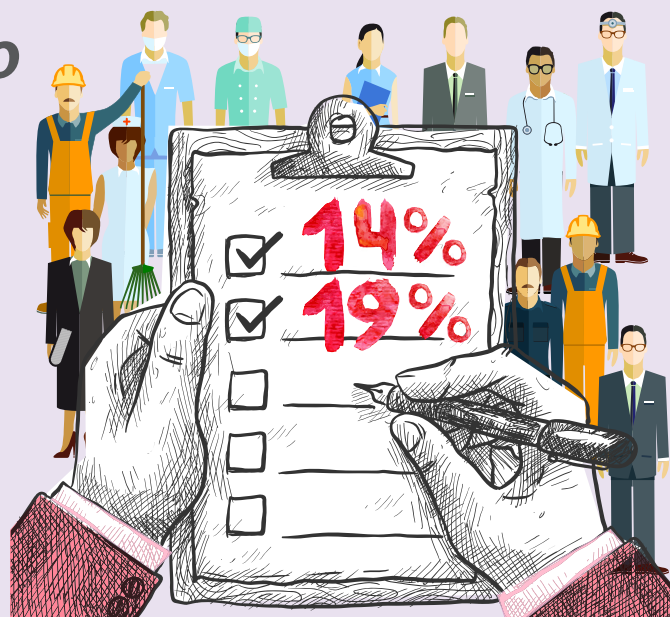
(Iprem), criado pela Lei 13.973, de 12 de maio de 2005. O benefício se estende aos dependentes.

### Quanto é descontado?

O desconto referente à contribuição previdenciária dos trabalhadores ligados ao Iprem é de 11%.

### O que muda com a proposta da gestão de João Doria Jr.?

Se a lei for aprovada, todos os servidores passam a ter um desconto de 14%. Além disso, há um Projeto de Lei em tramitação que cria o SampaPrev, que institui



um regime de previdência complementar para uma parcela dos servidores do município. Caso seja aprovado, além do aumento da alíquota, o projeto fixa o teto do INSS (hoje em R\$ 5.645,80) como li-

mite máximo para a concessão da aposentadoria. Obrigando muitos, obviamente, a aderir ao regime complementar. Com isso, há servidores que poderão ter um desconto de até 19%.

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: [noticias@simesp.org.br](mailto:noticias@simesp.org.br) <



# Previdência: “A conta do Temer é inconstitucional”

A página oficial da Presidência da República diz que Michel Temer seria um dos maiores constitucionalistas do país. Ou seja: que ele não apenas a respeitaria, mas também seria um profundo conhecedor da nossa Constituição. Porém, para justificar uma nova “reforma” da Previdência, ele faz uma conta não apenas errada, mas que afronta o texto constitucional. A opinião é de Grazielle Custódio David, mestre em saúde coletiva especialista, entre outros, em orçamento público e assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Leonardo Gomes Nogueira

**Em artigo publicado em março de 2016, intitulado “Reforma da Previdência: urgência para que(m)?”, você questiona o suposto déficit da previdência...**

É interessante a gente olhar como a previdência se financia no Brasil e ao redor do mundo. O Brasil fez uma escolha que chama previdência social. Quando ele fez essa escolha constitucional, ele falou o seguinte: quem vai financiar a previdência não é só a contribuição do empregado e do empregador. A gente vai ter algo muito mais amplo do que a previdência, a gente vai ter uma seguridade social. E na seguridade social entra previdência, assistência social e saúde. Com isso, todas as receitas que foram pensadas para esse setor não iriam exclusivamente para um fim. Elas foram pensadas assim: esse bolo de receitas aqui é para financiar essas três políticas públicas. Para garantir a seguridade social das pessoas. Então, você falar que a previdência é deficitária quando a seguridade social não é deficitária é um completo absurdo. Como um

elemento pode estar com problema se o todo está tranquilo, sem nenhum problema financeiro envolvido?

**Então, dizer que a previdência brasileira é deficitária é um equívoco?**

É incoerente e até um pouco falacioso fazer esse tipo de afirmação. Por que eles (o governo Temer) fazem isso querendo colocar um cálculo que não é correto? Vamos calcular a previdência de outra forma? Vamos fingir que ela é só um seguro, como ela talvez seja em outros lugares do mundo? Não é certo. Não dá para fazer isso no Brasil. Você pode estar incorrendo numa ilegalidade e até numa inconstitucionalidade. Qual o propósito de se calcular as receitas e despesas isoladas se a nossa lei maior diz para não fazer isso? Quando olhamos para a seguridade, ela tem várias fontes de receitas (ela dá como exemplos a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas – CSLL). E, quando olhamos todas essas receitas e comparamos com todas



> “É incoerente e até um pouco falacioso fazer esse tipo de afirmação”, diz Grazielle sobre argumento do governo para justificar a “reforma”

as despesas, numa série histórica, a gente percebe que a receita é maior que a despesa. Então existe um superávit. Quem historicamente faz esse cálculo é a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil). Aí temos que parar e olhar para a lei. E o que a lei fala é que o cálculo que a Anfip faz é o cálculo que está previsto na Constituição.

**Possíveis mudanças demográficas da sociedade brasileira, no futuro, poderiam justificar algum tipo de reforma?**

Por isso, eu coloquei no artigo essa palavra urgência. Essa urgência, de fato, existe? Essa para mim é a grande questão com essa reforma da previdência. O ritmo com que a população está envelhecendo e a última reforma de previdência que foi feita (em 2003, durante o primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva) justificam uma reforma tão dramática agora? Para mim a resposta é não. A questão previdenciária no Brasil não está na UTI, não enfartou. Não é um cenário de urgência. Pensando na lógica da saúde. O que o governo está fazendo é um terrorismo com as pessoas. Todos os estudos que a gente vem fazendo, sobre mudanças demográficas, não indicam uma necessidade de mudança previdenciária tão intensa.

**Falta transparência?**

Sim. Todos os cálculos atuais (feitos para projetar as despesas e receitas futuras e assim garantir o equilíbrio do sistema) da previdência não são abertos, a gente não consegue ter acesso. Então, o governo faz uma série de afirmações e não disponibiliza a para sociedade poder avaliar. Em 2003, a gente já teve uma reforma previdenciária. E ela foi uma reforma considerável. Tivemos, por exemplo, a questão do fator previdenciário. A mudança demográfica, de fato, está acontecendo no país, mas não é no ritmo que está sendo colocado e ela também não é igual em todo o país. A média brasileira é muito diferente. O ritmo de envelhecimento da população é diferente do que está sendo falado. Então, temos tempo. Essa proposta do governo promove redução de direitos e amplia desigualdades. A principal política pública para reduzir desigualdade é a previdência social. Se a previdência é cortada, a nossa política fiscal não consegue reduzir a desigualdade no país. Se fazemos uma reforma da previdência como essa, o resultado é que a política fiscal brasileira não vai ter impacto nenhum na redução da desigualdade. E isso é muito grave.



# Aleijadinho em SP

Uma das maiores referências do barroco no Brasil estará no Masp

> Escultura de Aleijadinho chamada *O profeta Isaias* exposta na cidade de Congonhas

Colaborou: *Miréia Lima*

Aos amantes de história da arte e do Brasil, o Museu de Arte de São Paulo (Masp) anunciou em seu calendário de exposições 2018 que no dia 9 de março está confirmada a inauguração da mostra de Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho. A exposição nomeada *Imagens do Aleijadinho* trará mais de 50 obras do escultor e vai até o início de junho.

Quem passou pelas aulas de artes e história no ensino médio certamente ouviu falar do escultor apelidado como Aleijadinho, que ficou conhecido assim por ter uma doença degenerativa dos membros. O mineiro, na-

tural de Ouro Preto, é considerado uma das maiores referências do barroco brasileiro e ficou conhecido por suas diversas esculturas e obras realizadas não só em sua cidade natal, mas em todo o estado de Minas Gerais.

Uma de suas maiores produções foi parte da criação e decoração da Igreja São Francisco de Assis. Logo depois seu trabalho passou a ser reconhecido e respeitado por todo o Brasil.

A exposição que homenageia o artista negro foi escolhida por fazer parte do tema que o Masp trouxe para esse primeiro semestre: histórias e narrativas afro-atlânticas que se relacionam com o processo de escla-

vidão e raça no Brasil. As obras escolhidas foram emprestadas de museus e igrejas, além de conter alguns trabalhos de artistas que retratam a arte de Aleijadinho. A mostra poderá ser vista até o dia 3/6 e os ingressos podem ser comprados na bilheteria do museu ou pela internet.

## Serviço

MASP

Museu de Arte de São Paulo

Endereço: Avenida Paulista, 1578 (próximo à Estação Trianon-Masp - Metrô - Linha 2 Verde)

Telefone: (11) 3149-5959

Preço: R\$ 30; R\$ 15 meia-entrada; gratuito às terças-feiras.

## + Visite suas principais obras

Suas obras representam a presença do divino e do celestial, pois fazem parte do movimento barroco, nascido no século 16. Podemos conhecer seus trabalhos através de imagens, textos e até mesmo pessoalmente, visitando cidades mineiras como Ouro Preto, Congonhas, Barão de Cocais e Sabará, que ficam, aproximadamente, a 600 km de São Paulo. Neste roteiro, encontra-se a famosa Igreja de São Francisco de Assis, que representa o estilo barroco e rococó e começou a ser construída

em 1766. Além das estátuas da Via Sacra, localizadas no Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, representando os passos da Paixão de Cristo e os 12 profetas esculpido por Aleijadinho em pedras de sabão.

Já como arquiteto, Aleijadinho projetou a Igreja de São João Batista, onde deixou sua marca: construção de torres em diagonal, que acabou usando em outros projetos. Então, se você gosta de arte, cultura e religião, não deixe de visitar essa herança histórica.



Ricardo André Frantz / Wikipédia



> Esculturas do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos